

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RENATA DA COSTA PEREIRA

AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO INFANTIL NO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DOURADOS/MS

2016

RENATA DA COSTA PEREIRA

**AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO INFANTIL NO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora:

Professora Dr^a. Juliana Maria de Aquino

Banca Examinadora:

Professor Dr. Jonathan Gonçalves da Silva

Professor Dr. Pedro Rodrigues de Oliveira

Dourados/MS

2016

AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO INFANTIL NO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL

RENATA DA COSTA PEREIRA

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Dr^a. Juliana Maria de Aquino

Dr. Jonathan Gonçalves da Silva

Dr. Pedro Rodrigues de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre me abençoou e continuará abençoando por toda minha vida, me ajudou a suportar e superar todos os desafios com os quais deparei durante todo o caminho percorrido até aqui, e assim irá continuar a me guiar e ajudar.

Aos meus pais e irmãos, que sempre me apoiaram e incentivaram, em todas as etapas de minha vida, pois são eles os responsáveis por cada conquista e vitória em minha vida. Ao meu namorado, por me ajudar e tranquilizar nos momentos difíceis.

Aos meus amigos, minha segunda família, pela amizade e companheirismo demonstrado.

A esta universidade, aos professores e a direção da mesma por me proporcionar a oportunidade e suporte necessário para adquirir conhecimento e capacidade para enfrentar e superar os desafios com que deparei até aqui.

A minha orientadora Professora Dr^a. Juliana Maria de Aquino, por ter me auxiliado no decorrer deste projeto, no pouco tempo que lhe coube.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo fazer uma caracterização do trabalho infantil do estado de Mato Grosso do Sul, analisando as microrregiões do estado. Assim, utilizou-se como base de dados os Censos Demográficos de 2000 e de 2010. Foi utilizado o programa de estatística *Stata* para fazer as análises. O coeficiente de correlação de Pearson foi utilizado para correlacionar as características, evidenciadas através da análise descritiva, ao trabalho infantil. Foi realizado o teste de diferença de médias para observar se as características dos trabalhadores infantis não se diferem das características das crianças que não trabalham. Os resultados mostraram que o trabalho infantil diminuiu em Mato Grosso do Sul, de 2000 para 2010, cerca de 14%, e que apenas algumas das características apresentadas não se diferem entre os trabalhadores e não trabalhadores infantis, em 2000 e em 2010.

Palavras-chave: Trabalho infantil; Mato Grosso do Sul; Características.

ABSTRACT

This study aimed to make a characterization of the child labour in the state of Mato Grosso do Sul work, analyzing the micro-regions of the state. Thus, it was used as database Demographic Census 2000 and 2010. The Stata statistical software was used to do the analysis. The Pearson correlation coefficient was used to correlate the characteristics revealed by descriptive analysis, child labor. the mean difference test was performed to see if the characteristics of working children do not differ from the characteristics of children who do not work. The results showed that child labor decreased in Mato Grosso do Sul, from 2000 to 2010, about 14%, and only some of the features presented not differ between the workers and not child laborers in 2000 and in 2010.

Keywords: Child labor; Mato Grosso do Sul; Characteristics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estado de Mato Grosso do Sul.....	22
Figura 2 – Quantidade de crianças com idade entre 10 e 16 anos que trabalham e não trabalham em Mato Grosso do Sul, em porcentagem.....	26
Figura 3 – Trabalho infantil no Mato Grosso do Sul por faixa etária, em porcentagem.....	27
Figura 4 – Trabalhadores infantis no Mato Grosso do Sul de acordo com a raça, em porcentagem.....	28
Figura 5 – Trabalho infantil no Mato Grosso do Sul de acordo com o sexo, em porcentagem.....	29
Figura 6 – Trabalho infantil no Mato Grosso do Sul de acordo com as microrregiões em 2000, em porcentagem.....	32
Figura 7 – Trabalho infantil no Mato Grosso do Sul de acordo com as microrregiões em 2010, em porcentagem.....	33
Figura 8 – Trabalhadores infantis que não estudam no Mato Grosso do Sul, conforme a faixa etária, em porcentagem.....	35
Figura 9 - Escolaridade dos trabalhadores infantis do Mato Grosso do Sul no ano de 2010, em porcentagem.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atividades que mais alocam trabalhadores infantis em Mato Grosso do Sul nos anos de 2000 e 2010, em quantidade e porcentagem.....	30
Tabela 2 - Quantidades e porcentagem de crianças de 10 a 16 anos que trabalham e não trabalham conforme microrregião de Mato Grosso do Sul, em 2000.....	31
Tabela 3 - Quantidades e porcentagem de crianças de 10 a 16 anos que trabalham e não trabalham conforme microrregiões do Mato Grosso do Sul, em 2010.....	32
Tabela 4 - Crianças entre 10 e 16 anos que não estão trabalhando, mas tomaram providência para arrumar emprego no Mato Grosso do Sul, em 2000 e 2010.....	34
Tabela 5 - Trabalhadores infantis de Mato Grosso do Sul no ano de 2000, conforme a quantidade de anos de estudo.....	36
Tabela 6 - Coeficiente de correlação linear entre a incidência de trabalho infantil no Mato Grosso do Sul e algumas variáveis observadas na análise descritiva, no ano de 2000.....	39
Tabela 7 - Coeficiente de correlação linear entre a incidência de trabalho infantil no Mato Grosso do Sul e algumas variáveis observadas na análise descritiva, no ano de 2010.....	40
Tabela 8 - Teste de diferença de médias para trabalhadores e não trabalhadores infantis do Mato Grosso do Sul, de acordo com algumas variáveis observadas na análise descritiva, no ano de 2000.....	42
Tabela 9 - Teste de diferença de médias para trabalhadores e não trabalhadores infantis do Mato Grosso do Sul, de acordo com algumas variáveis observadas na análise descritiva, no ano de 2010.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FNPETI - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipec - Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MPT - Ministério Público do Trabalho

MPT/CE - Ministério Público do Trabalho - Ceará

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	13
1.2 OBJETIVOS	13
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	14
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
3 METODOLOGIA.....	21
3.1 ÁREA DE ESTUDO	21
3.2 FONTE DE DADOS	23
3.3 TIPO DE PESQUISA.....	23
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA	26
4.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO.....	38
4.3 TESTES DE DIFERENÇA DE MÉDIAS.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantil refere-se às atividades econômicas que podem visar ou não o lucro, ser remuneradas ou não, e que sejam realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, conforme descrito no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (BRASIL, 2014a).

Segundo dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2013), no relatório “Medir o Progresso na Luta contra o Trabalho Infantil: Estimativas e Tendências”, houve uma grande diminuição do trabalho infantil mundial entre 2000 e 2012, passando de 16% para 10,60% da população infantil mundial.

Ainda de acordo com a OIT (2013), o maior número de crianças trabalhadoras se encontra na Região Ásia-Pacífico, são aproximadamente 77.723.000 crianças, cerca de 9,30% do total existente ali. Contudo, a maior preocupação continua sendo a África Subsaariana, que tem a maior incidência do trabalho infantil, mais de uma em cada cinco crianças na faixa etária dos 5 aos 17 anos são exploradas.

O trabalho infantil é uma das principais causas de crianças, ainda em idade escolar, estarem afastadas da escola. No Brasil, crianças sendo exploradas podem ser vistas tanto na área urbana quanto na área rural, porém com maior intensidade no meio rural e em lugares longínquos. Neste caso, o trabalho infantil pode estar associado a pobreza existente no meio rural (SCHWARTZMAN, F.; SCHWARTZMAN, S., 2001).

No meio urbano, muitas crianças desenvolvem diariamente atividades como: entrega de panfletos, venda de balas em semáforos, engraxe de sapatos, entre outras. No ambiente rural, as atividades exigem maior condicionamento físico, são elas: colher algodão, cortar cana-de-açúcar, capinar, trabalhar em carvoarias, quebrar pedras, etc (CUNHA; OGLIARI, 2014).

No Brasil, a maioria destas crianças são do gênero masculino e moram na zona rural. É possível também classificar o trabalho infantil através dos setores, sendo que a maior porcentagem de crianças trabalhando encontra-se justamente no ramo agrícola, sendo seguido por serviços, comércio, manufaturados e construção (KASSOUF, 2002).

Ao observar o Brasil, percebe-se que entre os anos de 1992 e 2013, o número de crianças e adolescentes que trabalham passou de 5,4 milhões para 1,3 milhão, uma queda de

76% para o trabalho infantil na faixa etária de 5 a 15 anos, porém esta é a faixa com maior presença de trabalhos irregulares (UNICEF, 2015).

Conforme os Censos Demográficos Brasileiros de 2000 e 2010, a incidência do trabalho infantil entre crianças de 10 a 17 anos de idade diminuiu, passando de 3.935.489 para 3.406.517 crianças, uma queda de 13,44%. Porém, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI, apresentou dados que mostram que apesar da queda geral, houve um aumento de 10.946 crianças (1,56%) na faixa etária mais frágil, entre 10 e 13 anos de idade (OIT, 2014).

Apesar de existir muitas leis que visam diminuir ou até mesmo impedir a existência do trabalho infantil, muitas vezes as autoridades governamentais acabam sendo induzidas, por diferentes razões, a ignorar a presença destas crianças. Algumas estratégias políticas, por exemplo, levam essas crianças a serem ignoradas, e como consequência elas são abusadas de diferentes formas, como trabalhando de forma perigosa, sofrendo violência sexual, entre outras (KASSOUF, 2002).

Com relação à Região Centro-Oeste, esta apresentou uma leve queda quanto ao trabalho infantil entre 10 e 17 anos. Entre 2000 e 2010, caiu de 282.835 para 282.469 crianças, representando queda de 0,12%. Sendo que 47% destas crianças estavam localizadas no estado de Goiás, no estado de Mato Grosso se concentravam cerca de 25%, em Mato Grosso do Sul pode-se observar cerca de 18%, e finalmente no Distrito Federal observa-se aproximadamente 10% (FNPETI, 2014).

Segundo o ranqueamento realizado pelo Ministério Público do Trabalho - Ceará, com base nos dados do Censo 2010, o estado de Mato Grosso do Sul encontra-se na 7ª posição, quando se trata de trabalho infantil entre 10 e 17 anos de idade, com 50.368 crianças ocupadas. Este ranking foi elaborado levando em consideração o quanto esse valor significa em relação à população total nesta faixa etária (13,90%) (MPT-CE, 2014).

De acordo com dados divulgados pelo Censo 2010, a atividade que mais utiliza a mão-de-obra infantil atualmente, em Mato Grosso do Sul, estando ela entre 10 e 17 anos de idade, é a atividade comercial, seguida pela atividade agrícola (IBGE, 2014a).

O dia 12 de junho de 2002, foi a data da apresentação do primeiro relatório global sobre o trabalho infantil na conferência anual do trabalho, e por isso foi estabelecido pela OIT em 2002 como o dia nacional e mundial contra o trabalho infantil (FNPETI, 2015).

No Brasil esta data foi instituída como dia nacional de combate ao trabalho infantil pela lei nº 11.542/2007. Em 12 de junho de 2015, a campanha teve como tema "NÃO ao Trabalho Infantil e SIM à Educação de Qualidade" (FNPETI, 2015).

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Apesar de o Ministério do Trabalho estabelecer a idade mínima de 16 anos para ingressar no mercado de trabalho, não é isto que ocorre na maioria das vezes. Crianças interrompem suas infâncias para ajudar os pais no sustento da família, ou até mesmo são forçados a tomar para si a responsabilidade de trazer alimentos para casa (CUSTÓDIO; MOREIRA, 2014).

A Constituição Brasileira de 1988 estabelecia que crianças a partir dos 14 anos já poderiam ingressar no mercado de trabalho. Porém, em 1998, foi aprovado pelo Congresso Nacional que crianças a partir dos 16 anos poderiam trabalhar, e a partir dos 14 anos já poderiam ingressar no mercado de trabalho, mas apenas através de programas de aprendizagem, e com o devido acompanhamento (BRASIL, 2014).

A falta de fiscalização por parte das autoridades é muito grande, o que leva vários empresários a investirem neste mercado de mão-de-obra barata. Uma realidade que interrompe a infância de muitas crianças e compromete seu futuro, pois elas acabam sendo direcionadas para um caminho de pouca qualificação (CUSTÓDIO; MOREIRA, 2014).

Contudo, o trabalho infantil compõe parte importantíssima da renda familiar da maioria dessas crianças, conseqüentemente, se o mesmo for eliminado, essas seriam condenadas à pobreza, e somente com o devido suporte isso não aconteceria (KASSOUF, 2002).

O trabalho infantil é um dos temas abrangido pela Economia Social, uma das razões para isso é que através dele a pobreza se reproduz, tornando necessário o estudo por parte dos economistas para tentar acabar com esse círculo vicioso, assim como afirma Fernando Botelho, ao PROMENINO (2015).

Sendo assim, surgem questões como: Quais as microrregiões com maior incidência de trabalho infantil, na faixa etária de 10 a 16 anos, em Mato Grosso do Sul? Quais os setores que mais empregam os trabalhadores infantis em Mato Grosso do Sul, nesta mesma faixa etária? Qual a faixa etária, entre 10 e 16 anos, mais afetada pelo trabalho infantil? O nível de escolaridade das mães influencia na decisão das crianças começarem a trabalhar?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é fazer uma análise do trabalho infantil no estado de Mato Grosso do Sul, considerando o contexto histórico, no período de 2000 a 2010.

Especificamente pretende-se:

- Fazer uma caracterização do trabalho infantil em termos de setores que mais o utilizam em Mato Grosso do Sul;
- Identificar as microrregiões de Mato Grosso do Sul que apresentam maior número de crianças envolvidas em trabalhos irregulares;
- Comparar as crianças que trabalham e as que não trabalham, no que diz respeito a suas características.

1.3 JUSTIFICATIVA

O trabalho infantil desencadeia uma série de reações negativas, que afetam desde o crescimento, o desempenho escolar, a saúde e até a esperança de ter um futuro promissor se torna cada vez menor, pois abandonando os estudos as dificuldades para conseguir um emprego com boa remuneração aumentam (CUSTÓDIO; MOREIRA, 2014).

Para a literatura, o estudo será de grande importância, levando em consideração que são poucos os estudos sobre esta temática no estado de Mato Grosso do Sul e na região Centro-Oeste como um todo.

O tema trabalho infantil é de grande importância não só no aspecto social, mas em todos os parâmetros da sociedade. Os principais beneficiados pelo presente trabalho de conclusão de curso serão as autoridades governamentais.

Serão apontados os setores que mais utilizam o trabalho infantil em Mato Grosso do Sul, podendo, a partir deste momento, o estado reforçar a fiscalização, beneficiando as crianças que sofrem com estes abusos, pois a chance de ter uma infância tranquila, aumentará.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho segue estruturado em seis seções, além desta breve introdução. Na seção dois apresenta-se a revisão bibliográfica, destacando as principais características do trabalho infantil no estado de Mato Grosso do Sul. Na seção três consta a metodologia, destacando área de estudo, fonte de dados, tipo de pesquisa e técnica de análise de dados. Na seção quatro constam os resultados da pesquisa, subdivididos em análise descritiva, análise de correlação e teste de diferença de médias. Na seção cinco tem-se as considerações finais, destacando-se os resultados evidenciados através do estudo realizado. Por fim, apresentam-se as referências utilizadas no estudo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Alguns escritores como Karl Marx, Alfred Marshall e Arthur Pigou já escreviam sobre o trabalho infantil. Segundo Marx, por exemplo, o emprego das máquinas acabou permitindo o uso de trabalhadores mais fracos e menores, portanto pessoas com o desenvolvimento físico incompleto poderiam trabalhar, surgindo assim o trabalho infantil e o trabalho feminino (MARX, 1982).

No Brasil, segundo Kassouf (2007), os primeiros relatos de trabalho infantil ocorreram na época da escravidão, quando os filhos dos escravos acompanhavam seus pais nas mais diferentes atividades, em que a mão-de-obra escrava era utilizada.

A mão de obra infantil era muito barata na época e ainda se mantém nos dias de hoje, pois a criança ocupa menos espaço, come e bebe menos, não briga como os adultos, e ainda poderia ter mais alguns anos de vida se comparado com os mais velhos que eram escravizados (OIT, 2003).

O trabalho infantil é um fenômeno resultante de diversas circunstâncias e seus efeitos são os mais variados possíveis, segundo Monte (2008), pode-se elencar três principais fatores determinantes:

- A concentração de renda na mão de poucos;
- A necessidade financeira, que muitas vezes leva pais a explorarem seus filhos;
- E a ausência de políticas públicas efetivas que visem defender os direitos das crianças.

A primeira lei de proteção às crianças e adolescentes do Brasil, no que diz respeito ao trabalho é datada de 1891. Porém, só foi dado o devido valor a esta questão praticamente um século depois. Antes, esse assunto era tratado como irrelevante pela sociedade brasileira (PERES, 2002).

No Brasil, a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, aprovada em 27 de junho de 1973, estabelecia que a idade mínima para admissão ao emprego era de 14 anos. Onde empregos que comprometessem a saúde, segurança e moral do jovem, somente poderiam ser realizados por pessoas com mais de 18 anos. Pois pessoas com menor idade eram consideradas crianças, não podendo realizá-los (BRASIL, 2014a).

Segundo Santos, Rodrigues e Campos (2013, p. 42) "(...) trabalho infantil é qualquer tipo de trabalho exercido por crianças abaixo da idade mínima legalmente estabelecida para o trabalho de acordo com a legislação de cada país".

Conforme Kassouf (2004), a questão cultural influencia as crianças a começarem a trabalhar cedo, pois, segundo a autora, quando elas alcançam os 12 anos, a maior parte das

famílias já passa para elas a responsabilidade de cuidar dos afazeres domésticos, principalmente se elas forem do sexo feminino.

Kassouf (2004) afirma ainda que o pensamento de que o homem deve cuidar das responsabilidades financeiras e a mulher da casa e dos filhos, ainda persiste na mentalidade da população brasileira.

Outro exemplo de que a questão cultural pode influenciar a decisão de inserir as crianças e adolescentes em idade precoce no mercado de trabalho, é que as pessoas mais velhas ingressaram muito cedo, e sendo assim valorizam o trabalho precoce (KASSOUF, 2004).

Esta visão é equivocada, pois vários estudos mostram uma realidade contrária a este pensamento, como a seguir no trecho do livro da OIT:

(...) A visão tradicional que apresenta o trabalho infantil como um momento de aprendizado revela-se como mistificação, pois o que ocorre é exatamente o contrário: o trabalho infantil é um empecilho para o aprendizado e compromete toda a formação escolar, especialmente a base dessa formação, ou seja, a educação fundamental. (OIT, 2003, p. 135).

A escolaridade do pai e da mãe, o número de irmãos e a idade da criança, também são fatores determinantes para que ela trabalhe ou não. Quanto maior for a escolaridade obtida pelo pai e pela mãe, maiores são as chances de a criança não precisar trabalhar, e sim poder ir à escola. E quanto maior for o número de irmãos e a idade da criança, maiores vão ser as chances de ela trabalhar, pois assim será mais uma fonte de renda (KASSOUF, 1999).

Conforme Caldeira (1960, p. 45) já afirmava "(...) Geralmente a necessidade em que se acham os menores de trabalhar desde tenra idade é o maior empecilho à escolarização". Sejam quais forem as razões que levem essas crianças a tomarem esta decisão, o resultado será sempre desastroso.

Segundo Schwartzman F. e Schwartzman S. (2001, p. 15), "(...) de maneira geral boa parte do trabalho infantil no Brasil parece estar associado a uma condição de pobreza rural". À medida que a população infantil cresce e deixa o campo, o trabalho infantil diminui.

Pode-se notar que muitos são os acontecimentos que levam as crianças a tomarem a decisão de se inserir no mercado de trabalho, mas pouco se sabe do que leva os empregadores a ofertarem estas vagas. O custo relativamente baixo da mão-de-obra infantil é um destes fatores, já que reivindicações por aumento salarial não existem por parte das crianças, nem mesmo greves visando melhores condições de trabalho (GUEDES FILHO et al. 2013).

Outra razão é que pela lei, crianças com idade inferior a 14 anos estão proibidas de trabalhar e entre 14 e 16 apenas na condição de menor aprendiz, assim em países em que a fiscalização não se dá da forma correta, o trabalho infantil ocorreria, permitindo que a despesa com mão-de-obra do empresário se tornasse menor (GUEDES FILHO et al. 2013).

Porém, o trabalho infantil não está vinculado apenas aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, mas também está presente nos chamados países desenvolvidos, onde é visto como uma forma de consumo pessoal e não como algo necessário para a sobrevivência (KASSOUF, 2004).

Pinheiro e D'Aroz (2014), em um estudo realizado com crianças brasileiras que eram exploradas, identificaram que as crianças não se sentiam prejudicadas ou exploradas, mas viam este trabalho principalmente como uma forma de ajudar a sua família, visão essa que se diferencia da mentalidade das crianças de países desenvolvidos.

E foi por meio dessa análise histórica que a OIT, permitiu que em 1992, o Ipec (Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil), fosse implantado no Brasil. Nos dez primeiros anos de implantação do programa, houve queda no trabalho infantil, tanto no setor rural quanto no urbano, embora neste tenha sido mais acentuada. A partir daí, tornou-se possível perceber que o maior problema são as formas cruéis de trabalho a que essas crianças são submetidas (OIT, 2003).

Conforme o decreto nº 6.481, artigo 4º, de 12 de junho de 2008, as piores formas de trabalho infantil são:

I - Todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como venda ou tráfico, cativo ou sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou obrigatório;

II - A utilização, demanda, oferta, tráfico ou aliciamento para fins de exploração sexual comercial, produção de pornografia ou atuações pornográficas;

III - A utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas e;

IV - O recrutamento forçado ou compulsório de adolescente para ser utilizado em conflitos armados. (BRASIL, 2015, p. 01).

Segundo Santos, Rodrigues e Campos (2013), muitas são as consequências do trabalho infantil, e elas podem ser elencadas em cinco principais grupos: físico (exposição a riscos e lesões que ultrapassam as possibilidades de defesa do corpo); emocional (traumas

psicológicos, que prejudicam o relacionamento destas crianças com a sociedade); social (o trabalho infantil afasta as crianças exploradas do convívio com outras da mesma idade); educacional (o desempenho escolar é afetado grandemente); e democrático (a dificuldade de acesso a informações por parte destas crianças, dificulta o exercício dos seus direitos).

Marx, em seu livro *O Capital* já relatava uma das conseqüências que o trabalho infantil acarreta, a dificuldade escolar:

"(...) Mas esse empobrecimento intelectual, que ocorre porque os homens, antes de ter chegado a sua maturidade, foram transformados em simples máquinas tendo por função produzir mais-valia, e que é preciso distinguir cuidadosamente da ignorância natural que deixa o espírito sem cultura, essa falta de desenvolvimento forçou finalmente o parlamento inglês a decretar que em todas as indústrias submetidas à lei sobre as fábricas a instrução elementar seria a condição legal para a utilização produtiva de crianças com menos de 14 anos (...). (*O Capital*, 1982, p. 92).

No estado de Mato Grosso do Sul, o trabalho infantil sempre esteve vinculado principalmente as carvoarias, mas também ocorre nas plantações de algodão, erva-mate, *brachiaria* e em destilarias de cana-de-açúcar, sendo que nesta última a população indígena infantil é bastante notável (OIT, 2003).

Na década de 1970 o governo brasileiro resolveu financiar diversos projetos que visavam o desenvolvimento industrial, por meio de mecanismos de isenções fiscais e financiamentos. Para Mato Grosso do Sul, logo foi montado um projeto que se baseava no reflorestamento de pinus e eucalipto, a intenção era destinar estas madeiras para a fabricação de papel e celulose, porém no início dos anos 80 já era notório o fracasso do projeto, pois nenhuma empresa havia manifestado interesse pela madeira (OIT, 2003).

Logo surgiu a possibilidade de utilizar essa matéria-prima na fabricação de carvão vegetal, para abastecer as indústrias siderúrgicas de Minas Gerais. O carvão vegetal já era produzido no Mato Grosso do Sul, porém a madeira utilizada era oriunda do cerrado sul-mato-grossense (OIT, 2003).

Os carvoejadores eram encarregados de abastecer os fornos com madeiras, que queimavam lentamente no forno lacrado, e depois era aberto para colocar o carvão nos sacos. Como cada trabalhador ganhava por produção e esse valor era muito baixo, não sendo o suficiente para sustentar toda a sua família, todos se viam obrigados a trabalhar (OIT, 2003).

As crianças mal aprendiam a andar e já eram colocadas para trabalhar nessas carvoarias, com quatro anos já transportavam os tijolos necessários e lacravam as entradas dos

fornos com barro. As crianças maiores trabalhavam como os adultos, auxiliavam no carregamento e na retirada do carvão ainda quente dos fornos. As mulheres também ajudavam na produção (OIT, 2003).

Foi justamente nas carvoarias que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) visou agir, além destas problemáticas também agiu para combater o uso da mão-de-obra infantil nas olarias, serrarias e no lixo (ARREGUI, 2000).

O PETI visa atender principalmente as famílias excluídas, que na maioria das vezes tem a renda mensal inferior a meio salário mínimo, e as suas crianças e jovens são erroneamente levados a trabalhar desde muito cedo (CARVALHO, 2004).

Um dos principais ganhos com a implantação do PETI em Mato Grosso do Sul foi a retirada de crianças e adolescentes da zona de carvão, atingindo ainda as outras áreas que tiravam proveito do trabalho infantil para aumentar seus lucros (ARREGUI, 2000).

O PETI foi lançado primeiramente no estado de Mato Grosso do Sul, em 1996, posteriormente atingiu os estados de Pernambuco e Bahia. Devido ao seu grande sucesso no combate ao trabalho infantil, logo se expandiu para os demais estados brasileiros (MDS, 2015).

O PETI trouxe outros aspectos positivos ao estado de Mato Grosso do Sul, como a criação das comissões municipais, permitindo maior participação da sociedade no que diz respeito a este assunto, a valorização da educação, uma grande redução do analfabetismo, entre outros (ARRAGUI, 2000).

Segundo o Censo de 2010, no estado de Mato Grosso do Sul, os meninos de 10 a 13 anos que trabalham na semana de referência, se concentram em grande parte na Capital e cidade mais populosa do estado, Campo Grande, são cerca de 1.087 crianças do sexo masculino trabalhando. Em seguida temos Dourados, segunda cidade mais populosa do estado, com aproximadamente 225 meninos trabalhando (IBGE, 2014a).

O mesmo ocorre ao observarmos o comportamento das meninas de 10 a 13 anos na semana de referência no estado de Mato Grosso do Sul, cerca de 783 crianças do sexo feminino estavam trabalhando em Campo Grande, e 267 em Dourados (IBGE, 2014a).

Segundo Monte (2008), a idade média de inserção no mercado de trabalho está a aumentar conforme os anos passam, em 1995 a idade média de crianças começarem a trabalhar era 12,3 anos na Região Centro-Oeste. Em 2005 essa idade média passou para 13,7 anos. Essa é uma das consequências da implantação do PETI neste estado.

Em Pernambuco, o programa foi instalado em 1997, inicialmente em apenas 3 municípios, posteriormente atingindo os demais. Na cidade de Vicência, o PETI concentrou

suas ações nas atividades canavieiras, e assim fez o crescimento local ressurgir naquela cidade, pois muitos postos de trabalho haviam sido fechados em decorrência dos acontecimentos (RODRIGUES, 2015).

No estado da Bahia, o PETI foi implantado inicialmente na Região Sisaleira, atingindo em seguida as demais cidades do estado. Lá as crianças também são encontradas trabalhando nas lavouras de café e cacau, nos lixões, no comércio ambulante, na coleta de sucata e na mariscagem (CARVALHO, 2004).

Em 2005, a portaria nº 666, estabeleceu a junção dos programas PETI e Bolsa Família, com o intuito de acabar com a pobreza, e erradicar o trabalho infantil e adolescente em todo o Brasil (MDS, 2015).

Os primeiros programas que visavam ajudar financeiramente as famílias que antes usufruíam do dinheiro trazido pelas crianças, foram o Bolsa Escola no Distrito Federal e o Renda Mínima em Campinas, São Paulo (FERRO; KASSOUF, 2005).

A maior diferença entre o Bolsa Escola de Brasília, o Renda Mínima de Campinas e o PETI é que para participar dos dois primeiros a criança não precisa necessariamente abandonar o trabalho, mas precisa se dedicar em maior parte aos estudos, diminuindo o tempo fora da escola e, conseqüentemente, reduzindo o trabalho infantil. Já o PETI, exige que os responsáveis pela criança se responsabilizem em tirá-la do meio trabalhista, impactando assim diretamente sobre o trabalho infantil (FERRO, 2003).

O programa Bolsa Escola tem quatro diretrizes básicas: aumentar a escolaridade e conseqüentemente reduzir a pobreza à longo prazo, pois quanto maior for o período dedicado ao estudo, mais bem sucedida a pessoa será; reduzir a pobreza no curto prazo, por isso tem-se a ajuda financeira dedicada a suprir a ausência da remuneração do trabalho da criança; ainda, reduzir a incidência de trabalho infantil, criando projetos que ocupem o dia delas, para que não haja tempo para trabalhos irregulares; e por fim, atuar como uma espécie de rede de seguridade, já que as famílias beneficiadas são muito pobres, vulneráveis a qualquer tipo de choque, sejam eles econômicos, políticos ou sociais (FERRO, 2003).

Vários são os estudos que descrevem e tentam encontrar alternativas para minimizar os impactos do trabalho infantil. Ferro e Kassouf (2005), por exemplo, analisaram o impacto do programa bolsa escola na decisão de trabalhar e na quantidade de horas trabalhadas das crianças com idade entre 6 e 15 anos. As autoras, a partir de um modelo *probit* e uma equação de número de horas trabalhadas, chegaram a conclusão de que o programa bolsa escola contribui para a redução da jornada de trabalho dessas crianças, contudo não se pode afirmar o mesmo com relação a decisão de trabalhar ou não.

Conforme Nicolella, Kassouf e Barros (2008), que estudaram os impactos negativos do trabalho infantil sobre a saúde das crianças no setor agrícola, pode-se afirmar que aí os riscos não diferem dos oferecidos pelos outros setores.

Quanto ao programa bolsa família do governo federal, Cacciamali, Tatei e Batista (2010), verificaram por meio de estimações feitas através da técnica do *probit* bivariado que o programa é eficiente ao se tratar de aumentar o atendimento escolar as crianças, mas o mesmo se torna incapaz de diminuir a incidência do trabalho infantil, apesar de este não ser um dos objetivos impostos pelo programa.

Durante toda a pesquisa realizada para constituir a base bibliográfica deste trabalho, com exceção do relatório da OIT, não foram encontrados estudos de caráter econométrico, ou mesmo descritivo, que tenha como área de estudo especificamente a Região Centro-Oeste, ou até mesmo o estado de Mato Grosso do Sul. Fato que reforça a importância do enfoque dado por este trabalho.

3 METODOLOGIA

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A área deste estudo é o estado de Mato Grosso do Sul, localizado no sul da Região Centro-Oeste. Sua área total é de 357.145,532 km², com uma população de 2.619.657 habitantes estimados em 2014, sendo o 21º estado mais populoso do Brasil. A capital e cidade mais populosa de Mato Grosso do Sul é Campo Grande (IBGE, 2014).

O clima predominante é o tropical, sendo a estação do verão chuvosa e o inverno seco. O cerrado encobre a maior parte do território, porém na planície aluvial do Pantanal encontra-se o complexo do Pantanal, que é uma combinação de cerrados e campos, onde a vegetação de campos predomina (GOVERNO MS, 2014).

A pecuária e a agricultura compõem o principal setor da economia sul-mato-grossense, sendo a criação de gado a mais difundida, porém existem criações de suínos, equinos, ovinos e galináceas. A soja, o arroz, a cana-de-açúcar, o algodão e o milho são os principais produtos agrícolas produzidos no estado (PACIEVITCH, 2014).

O segundo setor é composto pela indústria e extrativismo mineral, cujos principais minérios encontrados no estado são: ferro, calcário, manganês, estanho e mármore. No município de Corumbá está localizada a jazida do Monte Urucum, uma das maiores jazidas de manganês e ferro do mundo (PACIEVITCH, 2014).

O setor turístico compreende o terceiro setor, o qual é representado pelas diversas belezas naturais encontradas no Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, e pela Serra da Bodoquena, localizado no município de Bonito, a 265 km da capital do estado Campo Grande(PACIEVITCH, 2014).

Na Figura 1, pode-se observar o Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul. Nele destacam-se as 11 microrregiões em que o estado está dividido, são elas: Baixo Pantanal, Aquidauana, Alto Taquari, Campo Grande, Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas, Nova Andradina, Bodoquena, Dourados e Iguatemi (SEMAC,2014).



Figura 1 - Estado de Mato Grosso do Sul

Fonte: IBGE (2014).

Em balanço realizado pelo Ministério do trabalho, entre maio de 2014 e maio de 2015, o estado de Mato Grosso do Sul está em segundo lugar, ao se tratar de resgates de crianças e adolescentes que trabalhavam de forma ilegal. No Brasil, foram resgatadas 6.491 crianças e adolescentes ao todo, no estado de Mato Grosso do Sul foram 571 crianças, estando atrás apenas de Pernambuco com 957 resgates (MPT, 2015).

3.2 FONTE DE DADOS

Para a realização deste trabalho serão utilizados como fonte de dados os Censos Demográficos de 2000 e de 2010.

Para a caracterização do trabalho infantil no estado de Mato Grosso do Sul, será realizada uma análise dos dados dos Censos 2000 e 2010, os quais serão apresentados na forma de Tabelas e Gráficos, seguidos por sua análise. Serão analisadas variáveis como os setores que mais empregam trabalho infantil em Mato Grosso do Sul, microrregiões que mais utilizam este tipo de mão-de-obra, qual a faixa etária mais atingida pelo trabalho infantil, qual a escolaridade das mães desses trabalhadores infantis, entre outras, de acordo com os Censos dos anos de 2000 e de 2010.

3.3 TIPO DE PESQUISA

Esse estudo é de caráter exploratório e descritivo, pois busca descrever as características do estado de Mato Grosso do Sul, no que se refere ao trabalho infantil, destacando as cidades com maior número de crianças trabalhando e considerando um contexto histórico. Na pesquisa descritiva, o “objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2006, p.28).

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Para realizarmos as análises descritiva, de correlação e os testes de diferença de médias sobre o trabalho infantil, será utilizada como amostra as famílias residentes no estado de Mato Grosso do Sul, que tenham crianças com idade entre 10 e 16 anos, e serão calculadas:

- Média (\bar{x}) e desvio-padrão (σ):

A média é igual a soma dos fatores, dividido pelo número de vezes em que eles aparecem, e assim serão elencadas algumas características dos trabalhadores de 10 a 16 anos no estado de Mato Grosso do Sul, como: Quantos são? Se estão frequentando a escola? Se sim, existe atraso escolar? Qual a renda familiar média? Qual o grau de escolaridade das mães? Qual o tipo de trabalho que desenvolvem? Entre outras. Downing e Clark (2011) apresenta a seguinte fórmula para média:

$$\bar{x} = \frac{\left(\sum_{i=1}^n x_i \right)}{n}$$

Onde, a notação $\sum_{i=1}^n x_i$, significa a soma de todos os fatores(x), e n é a quantidade de fatores existentes.

Para o desvio-padrão, Downing e Clark (2011) apresentam:

$$\sigma = \sqrt{\text{Var}(x)}$$

$$\sigma = \sqrt{\overline{x^2} - \bar{x}^2}$$

Por meio dela verifica-se quão distante o valor real está da média obtida.

Onde \bar{x}^2 é a média ao quadrado, e $\overline{x^2}$ é a média dos quadrados de cada valor de x .

- Correlação linear:

A variável r representa o coeficiente de correlação, ele pode oscilar entre -1 e 1, indicando se entre as variáveis há uma relação positiva ou negativa, ou até mesmo indicar que não existe relação entre elas, sendo assim r será igual a zero. Hoffmann (2006), traz a seguinte fórmula para correlação:

$$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\left(\sum (x_i - \bar{x})^2 \right) \left(\sum (y_i - \bar{y})^2 \right)}}$$

Onde x_i e y_i são os valores das variáveis, e \bar{x} e \bar{y} são suas médias.

Será testada a correlação linear entre o trabalho infantil e as seguintes variáveis: renda familiar, idade, sexo masculino, área urbana, quantidade de pessoas na família e a escolaridade das mães.

- Teste de diferenças de duas médias, nas quais as variâncias não são conhecidas:

De forma a comparar as características das crianças que trabalham com as que não trabalham, identificando se elas apresentam características iguais ou não. Será considerado trabalhador infantil, as crianças com idade entre 10 a 16 anos, que responderam sim, para as perguntas dos Censos 2000 e 2010, que seguem: Trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios? Trabalhou na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos moradores do domicílio? Ajudou sem qualquer pagamento no trabalho remunerado de morador do domicílio? E não trabalhador infantil, são as crianças da mesma faixa etária que responderam não as mesmas perguntas.

Downing e Clark (2011) apresentam a seguinte fórmula:

$$T = \frac{\bar{x}_a - \bar{x}_b - (\mu_a - \mu_b)}{\sqrt{s_p^2 \left(\frac{1}{n_a} + \frac{1}{n_b} \right)}}$$

Onde \bar{x}_a e \bar{x}_b são as médias amostrais, μ_a e μ_b são as médias populacionais, n_a e n_b são os tamanhos amostrais.

Assim, obtemos o valor do t crítico, na tabela t , e o comparamos com o t calculado. Logo, não se rejeita $H_0 : -t_0 < t < t_0$, e rejeita-se $H_0 : t < -t_0$ e $H_0 : t > t_0$.

- Teste para a diferença entre duas proporções:

Downing e Clark (2011) trazem a seguinte fórmula para calcularmos a variável padronizada Z :

$$Z = \frac{\frac{X_a}{n_a} - \frac{X_b}{n_b} - (\mu_a - \mu_b)}{\sqrt{\frac{\frac{X_a}{n_a} \left(1 - \frac{X_a}{n_a} \right)}{n_a} + \frac{\frac{X_b}{n_b} \left(1 - \frac{X_b}{n_b} \right)}{n_b}}}$$

Onde X_a e X_b são os números de sucessos ocorridos para os testes, e n_a e n_b são os números de realizações dos mesmos.

Assim, obtemos o valor do Z crítico, na tabela Z , e o comparamos com o Z calculado. Logo, não se rejeita $H_0 : -Z_0 < Z < Z_0$, e rejeita-se se $H_0 : Z < -Z_0$ e $H_0 : Z > Z_0$.

Serão realizados os testes de diferença de médias para os trabalhadores e não trabalhadores infantis do estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a área urbana, escolaridade das mães, quantidade de pessoas na família, renda familiar e sexo masculino

4 RESULTADOS

A seguir, serão apresentados os resultados referentes a análise do trabalho infantil no estado de Mato Grosso do Sul. Primeiramente, será realizada uma análise descritiva, afim de identificar as características das crianças que trabalham no Estado. Na sequência, serão apresentados as análises de correlação e os testes de diferença de médias. A ideia é tentar identificar as principais variáveis associadas ao trabalho infantil. Para a elaboração dos resultados, foi utilizado o programa de estatística *Stata*, tendo como base de dados os Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

Foi considerado trabalhador infantil, crianças com idade entre 10 e 16 anos, que responderam sim para as seguintes questões dos censos 2000 e 2010: Trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios? Trabalhou na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos moradores do domicílio (Inclusive caça e extração vegetal)? Ajudou sem qualquer pagamento no trabalho remunerado de morador do domicílio?

De acordo com os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, respectivamente 10,87% e 8,95% das crianças que tem idade entre 10 e 16 anos do estado de Mato Grosso do Sul estão trabalhando, o equivalente a aproximadamente 32.883 crianças e 28.282 crianças, respectivamente, como mostra a Figura 2.

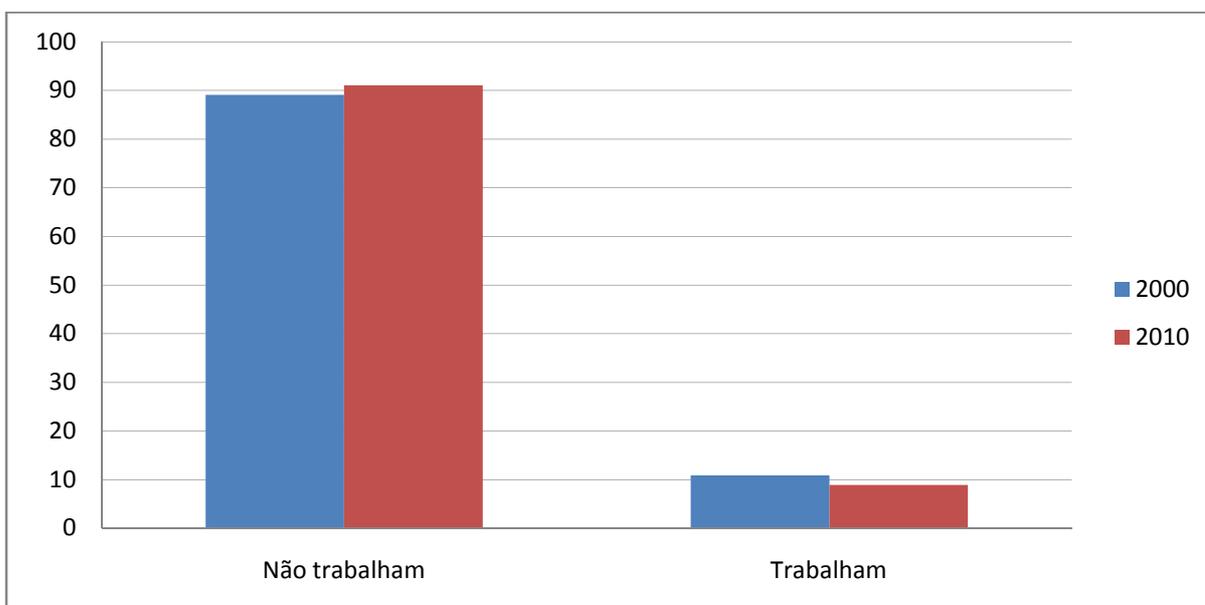


Figura 2 – Quantidade de crianças com idade entre 10 e 16 anos que trabalham e não trabalham em Mato Grosso do Sul, em porcentagem.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos 2000 e 2010.

Várias são as circunstâncias que podem influenciar na decisão de começar a trabalhar com pouca idade, como por exemplo: a baixa renda familiar, a baixa escolaridade dos pais, e o legado cultural herdado das pessoas mais velhas, que reproduz o pensamento de que o melhor seja começar a trabalhar com pouca idade.

A média da renda familiar do trabalhador infantil do estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2000, era de R\$933,42, com desvio padrão de R\$ 1.835,42. Sendo que a contribuição

média dos trabalhadores infantis para esta renda era de R\$ 123,27, com desvio padrão de R\$ 164,99, correspondendo a 13,20% desta renda familiar média.

No ano de 2010, os trabalhadores infantis ganhavam, em média, R\$ 363,58, com desvio padrão de R\$ 421,19, enquanto a média da renda familiar dos mesmos era de R\$ 2.255,58, com desvio padrão de R\$ 3.941,02. Assim, os trabalhadores infantis colaboraram como correspondente a 16,11% do total da sua renda média familiar.

Apesar de a incidência de trabalho infantil no estado de Mato Grosso do Sul ter diminuído entre os anos de 2000 e 2010, pode-se observar que a colaboração dos trabalhadores infantis para a renda familiar aumentou.

A renda média mensal familiar das crianças com idade entre 10 e 16 anos que não trabalham, em 2000, era de R\$ 993,13, com desvio padrão de R\$ 3.444,74. E no ano de 2010 a renda média familiar era de R\$ 1.845,88, com desvio padrão de R\$ 3.915,68. A renda média familiar dos trabalhadores infantis é muito próxima da renda média dos que não trabalham, no ano de 2000, e em 2010, a renda familiar dos trabalhadores infantis é superior a dos que não trabalham. Porém é preciso que os menores estejam trabalhando para que este patamar seja alcançado.

A faixa etária mais atingida pelo trabalho infantil no estado de Mato Grosso do Sul é a dos 14 aos 16 anos, pois a partir desta idade é permitido trabalhar na condição de menor aprendiz. A Figura 3 mostra a distribuição dos trabalhadores infantis, conforme a sua faixa etária, onde se pode observar que a incidência do trabalho infantil ocorre até mesmo com crianças de apenas 10 anos de idade.

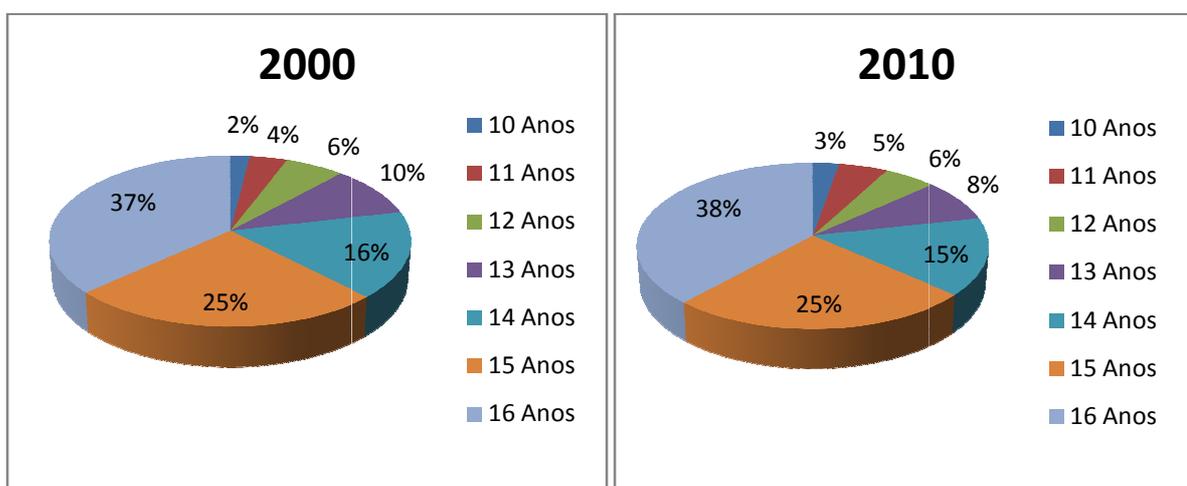


Figura 3 – Trabalho infantil no Mato Grosso do Sul por faixa etária, em porcentagem.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos 2000 e 2010.

Do ano 2000 para 2010, houve uma pequena redistribuição quanto as faixas etárias dos trabalhadores infantis, porém a ordenação continua a mesma. Primeiramente, temos maior número de trabalhadores infantis com idade igual a 16 anos, 15 anos, 14 anos, 13 anos, 12 anos, 11 anos, e finalmente 10 anos.

A maioria das crianças que tem idade acima de 14 anos, já podem trabalhar seguindo algumas condições, entre elas está condicionado que a criança deve ter a carteira de trabalho registrada, não pode trabalhar em horário noturno, salvo os que concluíram o ensino fundamental, entre outras (MANUAL DE APRENDIZAGEM, 2013).

Atualmente, os órgãos do sistema S, como SENAC, e o SENAI, trabalham com projetos de aprendizagem, onde jovens com idade entre 14 e 24 anos, são inseridos no mercado de trabalho por meio da parceria feita entre as empresas empregadoras e estes órgãos, onde além de terem a oportunidade de aprenderem uma profissão, ainda tem a chance de adquirir qualificação profissional, por meio de cursos teóricos.

Pode-se classificar os trabalhadores infantis de acordo com a raça, sendo que a maior parte das crianças que trabalham se considera de cor branca ou parda, isso é notório tanto em 2000, quanto no ano de 2010, sendo seguidos pelos que se consideram da cor preta, os indígenas, e os amarelos. Porém, as proporções se alteraram, em 2000, metade dos trabalhadores infantis se consideravam da cor branca, já em 2010, eram apenas 43%, e o número de crianças pardas aumentou, passando de 44% dos trabalhadores infantis em 2000 para 49% em 2010, como podemos observar na Figura 4.

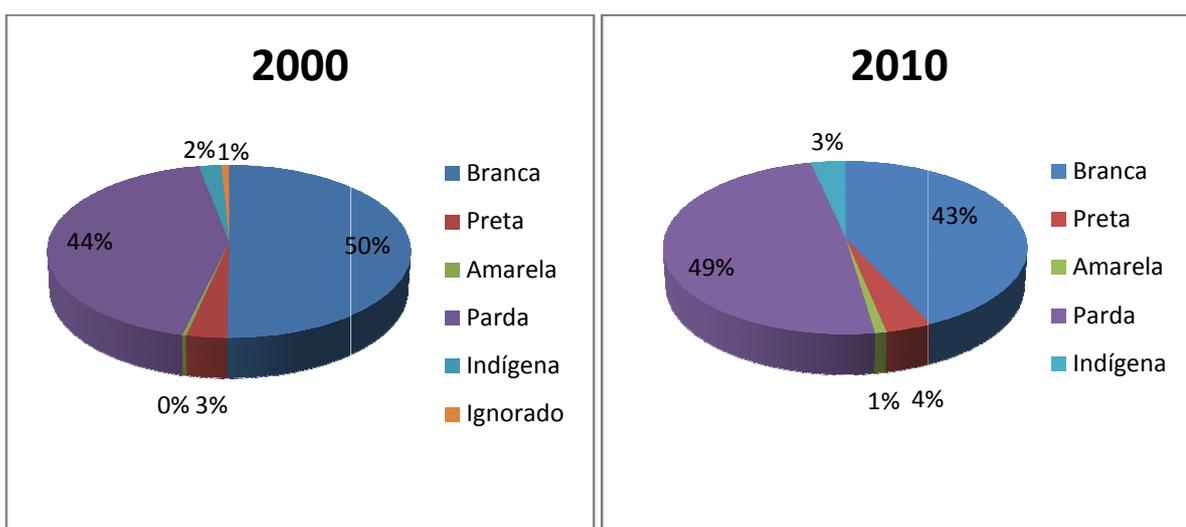


Figura 4 – Trabalhadores infantis no Mato Grosso do Sul de acordo com a raça, em porcentagem.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos 2000 e 2010.

Deve-se levar em consideração o fato de a população do estado de Mato Grosso do Sul ser composta principalmente por brancos e pardos, tanto no ano 2000, quanto no ano de 2010.

De acordo com a Figura 5, torna-se notório que o sexo masculino predomina entre os trabalhadores infantis, tanto no ano de 2000, quanto em 2010. Um dos motivos para isso ocorrer é que, dentre as atividades favoráveis ao trabalhador infantil, a grande maioria é mais atrativa para os meninos, pois muitas delas exigem maior condicionamento físico.

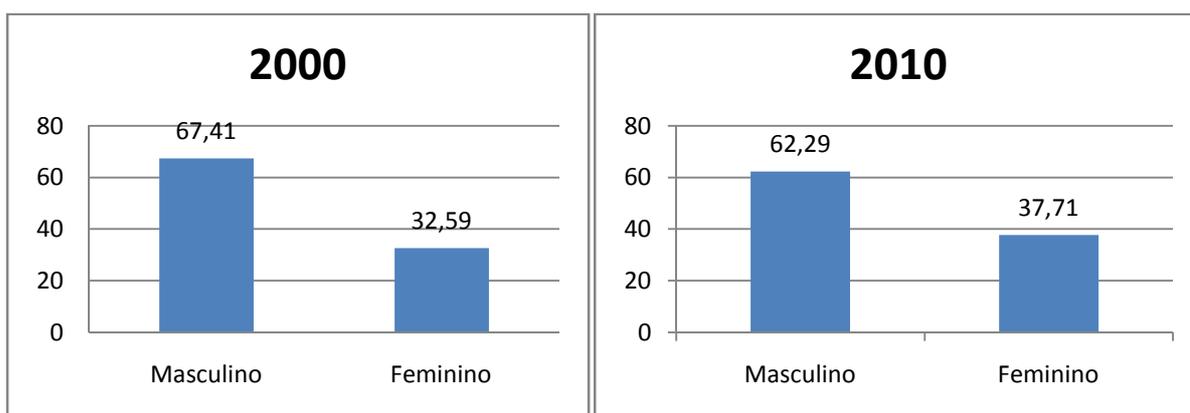


Figura 5 – Trabalho infantil no Mato Grosso do Sul de acordo com o sexo, em porcentagem.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos 2000 e 2010.

Nota-se que a participação dos trabalhadores infantis do sexo masculino diminuiu de 2000 para 2010, aproximadamente 25,06%, já a participação das meninas no trabalho infantil diminuiu apenas 6,16%, levando-se em consideração a quantidade de meninos e meninas atingidos pelo trabalho infantil, em ambos os anos. Visto que o trabalho infantil no estado de Mato Grosso do Sul, diminuiu de 2000 para 2010, diminuindo também a participação de meninos e meninas no trabalho infantil.

Os trabalhadores infantis do sexo masculino correspondiam a 15,28% do total de meninos moradores em Mato Grosso do Sul, em 2000, e 11,48%, em 2010, já as crianças do sexo feminino que trabalhavam correspondiam a cerca de 7,72% do total de meninas, em 2000, e 7,26% em 2010.

Na Tabela 1, pode-se observar as dez atividades que mais utilizam a mão-de-obra dos trabalhadores infantis no estado de Mato Grosso do Sul, somente nessas atividades estão empregadas mais da metade dos trabalhadores infantis, fato que pode ser verificado nas últimas linhas da Tabela 1, onde tem-se o total de crianças empregadas nessas atividades e o total de trabalhadores infantis em Mato Grosso do Sul.

Tabela 1 - Atividades que mais alocam trabalhadores infantis em Mato Grosso do Sul nos anos de 2000 e 2010, em quantidade e porcentagem.

2000			2010		
Atividade	Quant.	Porc. (%)	Atividade	Quant.	Porc. (%)
Serviços domésticos	5234	15,91	Serviços domésticos	3977	14,06
Criação de bovinos	3904	11,87	Atividades mal especificadas	2698	9,53
Comercio de produtos alimentícios, bebida e fumo	1912	5,81	Criação de bovinos	1886	6,66
Manutenção e reparação de veículos automotores	1700	5,16	Comercio de produtos alimentícios, bebida e fumo	1845	6,52
Cultivo de mandioca	1574	4,78	Manutenção e reparação de veículos automotores	1320	4,66
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	960	2,91	Lavoura não especificada	1263	4,46
Outros serviços de alimentação - exceto ambulantes	866	2,63	Restaurante e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	1091	3,85
Comércio varejista realizado em postos móveis, instalados em vias públicas ou em mercados	693	2,10	Serviços especializados para construção	886	3,13
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	504	1,53	Atividades de construção mal especificadas	640	2,26
Atividades jurídicas; de contabilidade; e de pesquisas de mercado e opinião pública	472	1,43	Comercio de artigos de vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem	631	2,23
Total	17819	54,13	Total	16237	57,36
Total Geral	32883	100	Total Geral	28282	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos 2000 e 2010.

A atividade que mais utiliza esse tipo de mão-de-obra é o serviço doméstico. Apesar de o sexo masculino predominar na maioria das atividades, nesta ocorre o contrário, as meninas são postas em primeiro lugar quando o assunto é trabalho doméstico, isto porque a delicadeza feminina e o conhecimento sobre os cuidados com a casa sempre estiveram presentes na educação da mulher.

Embora a atividade com maior participação dos trabalhadores infantis incorpore mais meninas para a sua realização, nas outras atividades são os meninos que são os mais empregados, pois a execução dessas atividades exige habilidades vinculadas principalmente ao sexo masculino, como maior força física e maior condicionamento físico, conforme verificado nos resultados da pesquisa.

O trabalho infantil perdeu espaço em algumas atividades como criação de bovinos, comércio de produtos alimentícios, bebida e fumo e cultivo de mandioca, conforme pode-se observar na Tabela 1. O trabalho infantil passou a ser mais utilizado nas atividades mal especificadas.

Na Tabela 2, pode-se observar a incidência de trabalho infantil, conforme as microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2000. A microrregião de Campo Grande é a que tem o maior número de crianças com idade entre 10 e 16 anos, e também maior número de crianças trabalhando, são aproximadamente 7280 crianças trabalhando, aproximadamente 22,13% do total.

Tabela 2-Quantidades e porcentagem de crianças de 10 a 16 anos que trabalham e não trabalham conforme microrregião de Mato Grosso do Sul, em 2000.

Microrregião	Trabalham	Porc. (%)	Não trabalham	Porc. (%)	Taxa de trabalho infantil
Campo Grande	7280	22,13	81172	30,13	8,23
Iguatemi	6981	21,25	34862	12,96	16,68
Dourados	6383	19,41	50368	18,70	11,24
Três Lagoas	2597	7,90	18666	6,93	12,21
Bodoquena	2204	6,70	15802	5,87	12,24
Nova Andradina	1630	4,96	10757	3,99	13,15
Baixo Pantanal	1448	4,40	17859	6,63	7,50
Paranaíba	1314	3,99	8115	3,01	13,93
Cassilândia	1086	3,30	6074	2,25	15,16
Aquidauana	1000	3,04	12172	4,52	7,59
Alto Taquari	960	2,92	13514	5,01	6,63
Total	32883	100	269361	100	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2000.

É notável que a microrregião de Campo Grande é a que tem maior número de trabalhadores infantis, no ano 2000, porém ao se observar a quantidade total de crianças existente em cada microrregião, Iguatemi assume a liderança, com uma taxa de trabalho infantil de cerca de 16,68%, sendo seguida por Cassilândia (15,16%), Paranaíba (13,93%), Nova Andradina (13,15%), Bodoquena (12,24%), Três Lagoas (12,21%), Dourados (11,24%), Campo Grande (8,23%), Aquidauana (7,59%), Baixo Pantanal (7,50%) e finalmente Alto Taquari (6,63%). Assim é possível verificar a taxa de incidência de trabalho infantil em cada microrregião.

Na Figura 6, pode-se observar a participação de cada microrregião na composição do trabalho infantil sul-mato-grossense, no ano de 2000.

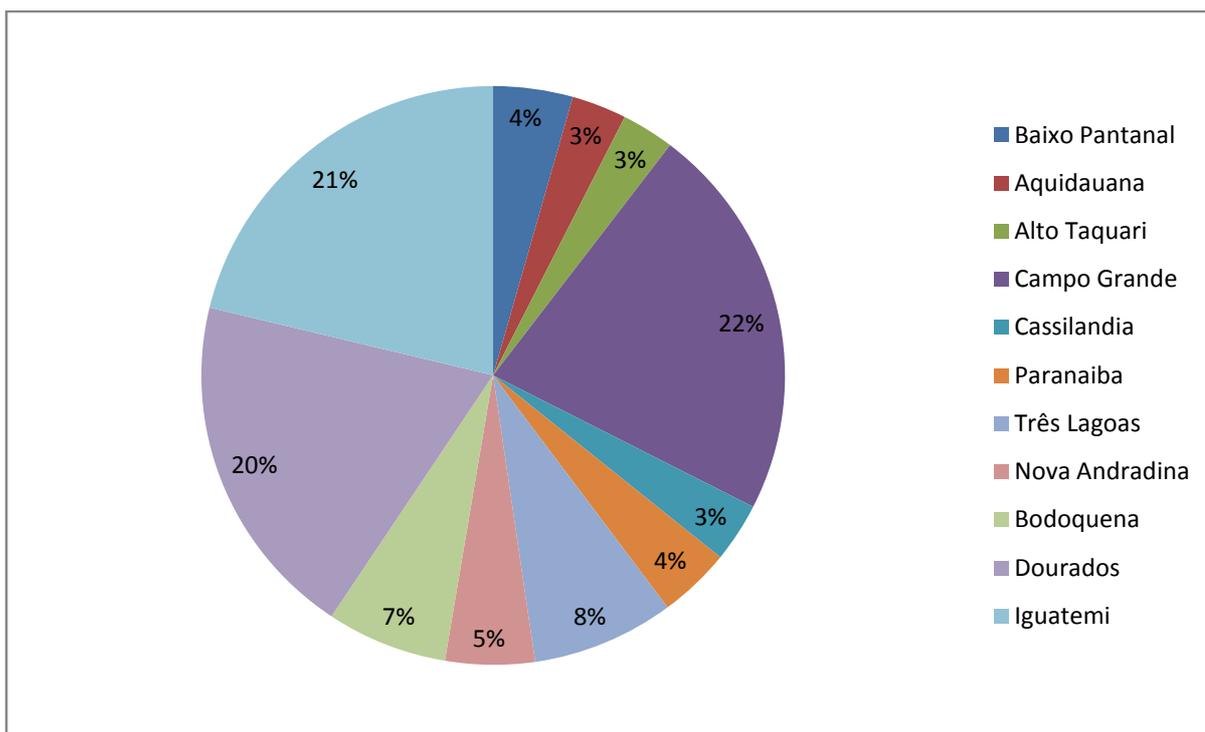


Figura 6 – Trabalho infantil no Mato Grosso do Sul de acordo com as microrregiões em 2000, em porcentagem.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2000.

Na Tabela 3, pode-se observar o trabalho infantil conforme as microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2010. Agora é a microrregião de Dourados a que tem maior número de crianças com idade entre 10 e 16 anos, e também maior número de crianças trabalhando, são aproximadamente 6773 crianças trabalhando, aproximadamente 23,94% do total.

Tabela 3-Quantidades e porcentagem de crianças de 10 a 16 anos que trabalham e não trabalham conforme microrregiões do Mato Grosso do Sul, em 2010.

Microrregião	Trabalham	Porc. (%)	Não trabalham	Porc. (%)	Taxa de trabalho infantil
Dourados	6773	23,94	64909	22,57	9,44
Campo Grande	5248	18,55	54720	19,03	8,75
Iguatemi	4994	17,70	44350	15,42	10,12
Alto Taquari	1984	7,01	19223	6,68	9,35
Três Lagoas	1788	6,32	19757	6,87	8,29
Nova Andradina	1583	5,59	12594	4,38	11,16
Bodoquena	1501	5,30	19309	6,71	7,21
Paranaíba	1328	4,69	10215	3,55	11,50
Baixo Pantanal	1156	4,08	19421	6,75	5,61
Cassilândia	1082	3,82	9335	3,24	10,38
Aquidauana	845	3,00	13645	4,80	5,83
Total	28282	100	287478	100	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2010.

A taxa de trabalho infantil para Mato Grosso do Sul, no ano de 2000, era de aproximadamente 10,87% e em 2010, caiu para 8,95%. O equivalente a uma queda de 14%, levando-se em consideração o número de crianças que trabalhavam no ano de 2000 e em 2010.

Houve também uma redistribuição das microrregiões que mais utilizam a mão-de-obra infantil. De acordo com a quantidade de crianças existente em cada microrregião, agora é a microrregião de Paranaíba que está com a maior taxa de trabalho infantil, aproximadamente 11,50%, sendo seguida por Nova Andradina (11,16%), Cassilândia (10,38%), Iguatemi (10,12%), Dourados (9,44%), Alto Taquari (9,35%), Campo Grande (8,75%), Três Lagoas (8,29%), Bodoquena (7,21%), Aquidauana (5,83%) e finalmente Baixo Pantanal (5,61%).

Na Figura 7, pode-se observar a participação de cada microrregião na composição do trabalho infantil sul-mato-grossense no ano de 2010.

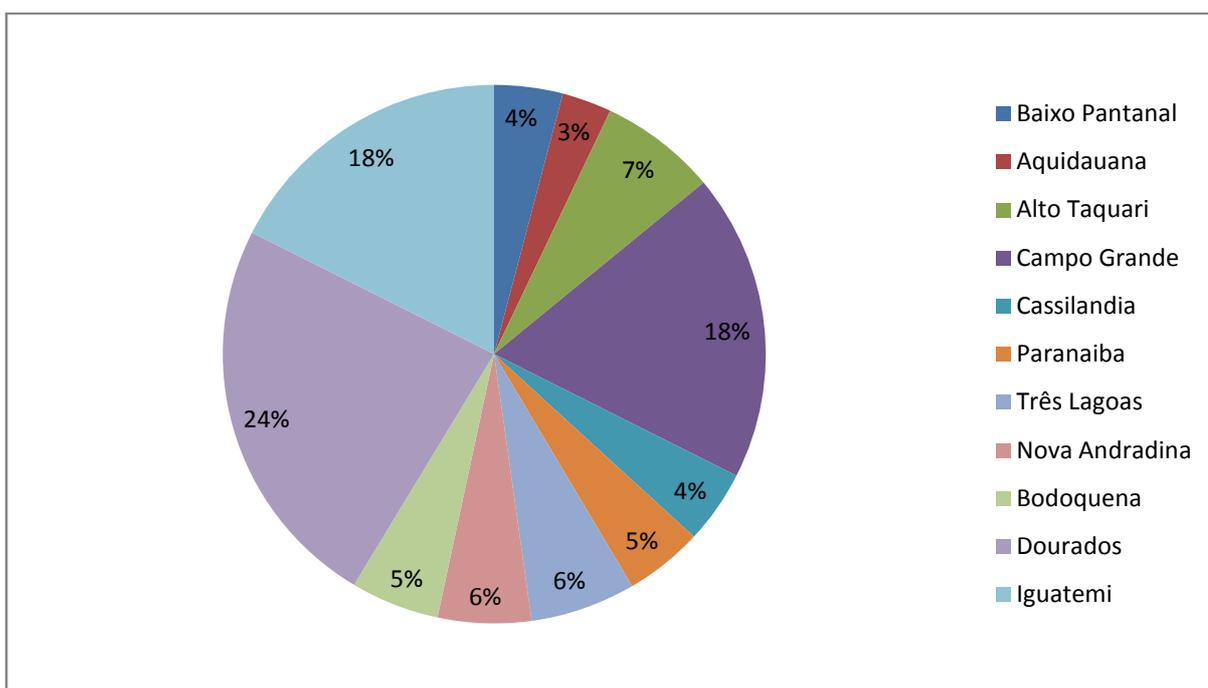


Figura 7 – Trabalho infantil no Mato Grosso do Sul de acordo com as microrregiões no ano de 2010, em porcentagem.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2010.

Quanto à área de residência, a maioria dos trabalhadores infantis de Mato Grosso do Sul moravam nos centros urbanos, em 2000, são aproximadamente 77,66% do total de trabalhadores infantis, e cerca de 22,34% das crianças moravam nos centros rurais. Em 2010,

aproximadamente 75,61% dos trabalhadores infantis moravam na zona urbana e apenas 24,39% na zona rural, este cenário continua praticamente o mesmo desde 2000.

A carga horária de trabalho das crianças é, muitas vezes, abusiva. Na média, as crianças trabalham 37 horas por semana, com desvio padrão de 16,40 horas, no ano de 2000. Em 2010, na média elas trabalham 29 horas por semana, com desvio padrão de 16,50 horas, isto acontece principalmente devido a possibilidade de maiores de 14 anos poderem trabalhar como jovem aprendiz, conforme mencionado anteriormente.

Na Tabela 4, podemos verificar a quantidade de crianças que não está trabalhando, mas tomaram alguma providência para conseguir trabalho. No ano 2000, muitas crianças estavam a procura de emprego, cerca de 19.826 crianças, aproximadamente 6,55% do total de crianças sul-mato-grossenses, em 2010 eram apenas 8.069 crianças, cerca de 2,55% do total, havendo uma queda de 2000 para 2010 de cerca de 59,30% do desemprego entre as crianças.

Tabela 4- Crianças entre 10 e 16 anos que não estão trabalhando, mas tomaram providência para arrumar emprego, no Mato Grosso do Sul.

Idade (anos)	2000		2010	
	Quant.	Porcentagem (%)	Quant.	Porcentagem (%)
10	288	1,45	155	1,92
11	444	2,23	293	3,63
12	1128	5,68	302	3,74
13	2066	10,42	621	7,69
14	3810	19,21	1095	13,57
15	5687	28,68	2448	30,33
16	6403	32,33	3155	39,12
Total	19826	100	8069	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos 2000 e 2010.

Em ambos os anos de referência, 2000 e 2010, pode-se notar que a faixa etária com maior nível de desemprego é dos 14 aos 16 anos, no entanto nota-se desemprego até mesmo entre crianças com 10 anos, algo que deveria ser evitado.

Uma das alternativas que procuram diminuir o impacto do trabalho infantil sobre as crianças são os programas assistenciais, como bolsa escola no ano de 2000 e bolsa família em 2010, que apesar de ter como um dos objetivos ajudar as famílias de baixa renda, muitas vezes isso ocorre. No ano de 2010, por exemplo, por meio da análise feita, foi notável que poucos trabalhadores infantis recebem este auxílio.

Deste modo, algumas crianças são obrigadas a tentar de alguma forma ajudar as suas famílias, prejudicando a si mesmas, pois muitas vezes elas acabam não conseguindo conciliar os estudos com o trabalho.

A escolaridade das crianças é uma das grandes preocupações que envolvem o trabalho infantil, se elas irão continuar na escola, se seu rendimento escolar será afetado, ou não, em decorrência do cansaço obtido ao desenvolver o trabalho a ela proposto.

Grande parte dos trabalhadores infantis se encontra fora da escola, cerca de 27% em 2000 e 19% em 2010. Apesar da diminuição ocorrida de 2000 para 2010, esse valor ainda é preocupante. Uma das formas para melhorar ainda mais esta proporção seria inserir estes menores em programas assistenciais, para que fossem tirados da rua.

Na Figura 8, é possível observar a qual faixa etária os trabalhadores infantis que estão fora da escola pertencem, em 2000 e em 2010.

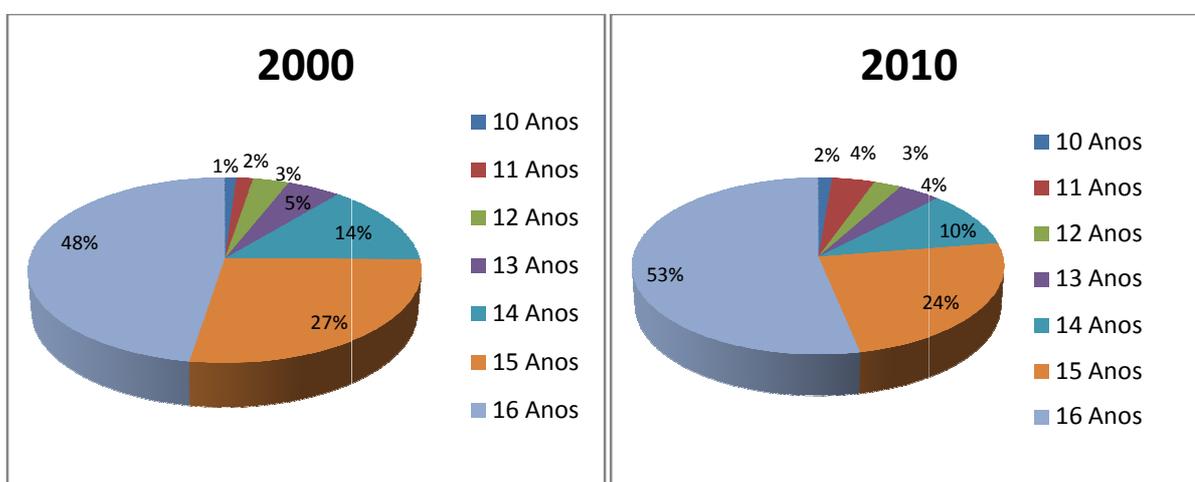


Figura 8 – Trabalhadores infantis que não estudam no Mato Grosso do Sul, conforme a faixa etária, em porcentagem.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos 2000 e 2010.

A parcela de trabalhadores infantis que não estudam, em 2000, é composta, em grande parte, por crianças com idade entre 14 e 16 anos, elas são aproximadamente 89% das crianças que se encontram nesta condição. E em 2010, 87% dos trabalhadores infantis que não estudam tem idade entre 14 e 16 anos. Nesta faixa etária está o maior número de trabalhadores infantis, fato significativo perante a hipótese de a incidência do trabalho infantil prejudicar a educação de crianças submetidas a ele.

Entre as crianças com idade de 10 a 16 anos que não trabalham, em 2000, aproximadamente 8,29% estavam fora da escola, e em 2010, cerca de 6% não estavam estudando. E ao observar a população infantil, como um todo, com idade entre 10 e 16 anos, percebe-se que no ano de 2000, aproximadamente 10,63% estavam fora da escola, e em 2010,

apenas 7,29% do total de crianças, moradoras em Mato Grosso do Sul, não estavam estudando.

Na Tabela 5, podemos observar a quantidade de anos de estudo que os trabalhadores infantis tinham, no ano de 2000.

Tabela 5 - Trabalhadores infantis de Mato Grosso do Sul no ano de 2000, conforme a quantidade de anos de estudo.

Anos de estudo	Quantidade de crianças	Porcentagem (%)	Acumulado (%)
Sem instrução ou menos de 1 ano	774	2,35	2,35
1 Ano	877	2,66	5,01
2 Anos	1569	4,77	9,78
3 Anos	3001	9,12	18,9
4 Anos	5142	15,63	34,53
5 Anos	5272	16,03	50,56
6 Anos	4591	13,96	64,52
7 Anos	4733	14,39	78,91
8 Anos	4040	12,28	91,19
9 Anos	1900	5,77	96,96
10 Anos	577	1,75	98,71
11 Anos	34	0,10	98,81
Não determinado	373	1,19	100
Total	32883	100	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2000.

A maior parte dos trabalhadores infantis, no ano de 2000, tem oito anos ou menos de estudo, logo, não concluíram nem o ensino fundamental, essa evidência deixa o atraso escolar causado pelo trabalho infantil cada vez mais nítido.

Nos anos 2000, aproximadamente, 54% dos trabalhadores infantis que eram considerados sem instrução ou estavam no ensino fundamental tinham idade entre 15 e 16 anos. Desta forma, percebe-se que a maior parte dos trabalhadores infantis com idade entre 15 e 16 anos apresentam atraso escolar de no mínimo dois anos. Pode-se supor que este atraso é decorrente do trabalho, pois o rendimento escolar é afetado, em decorrência do cansaço, da falta de tempo, etc. Já entre as crianças com idade entre 15 e 16 anos que não trabalham, apenas 16,87% estavam no ensino fundamental.

Em 2010, grande parte dos trabalhadores infantis continua a ser considerado sem instrução ou cursando ensino fundamental, como pode-se observar na Figura 9.

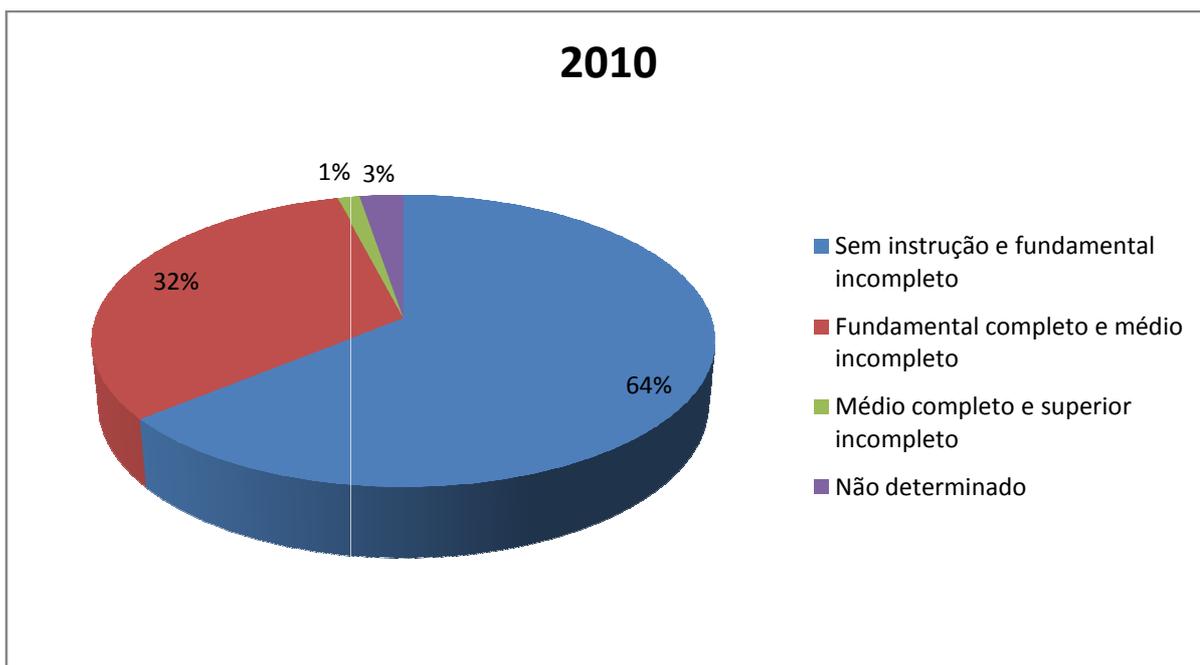


Figura 9 - Escolaridade dos trabalhadores infantis do Mato Grosso do Sul no ano de 2010, em porcentagem.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2010.

É perceptível, que assim como o trabalho infantil está diminuindo desde 2000, a instrução das crianças em geral também está melhorando. Enquanto em 2000, aproximadamente 79% das crianças que trabalhavam não tinham concluído o ensino fundamental, em 2010, apenas 64% tinham o ensino fundamental incompleto.

Em 2010, apenas 50% dos trabalhadores infantis que estão cursando o ensino fundamental ou não tem instrução tem idade entre 15 e 16 anos. E 16,48% das crianças que não trabalham e são considerados sem instrução ou estão cursando o ensino fundamental tem essa faixa etária.

A escolaridade das mães das crianças também influencia na decisão de elas trabalharem ou não. As mães da maioria das crianças sul-mato-grossenses que tinham entre 10 e 16 anos e que trabalhavam no ano de 2000, tinham menos de 8 anos de escolaridade, ou seja, algumas nem iniciavam os estudos, essas eram consideradas como sem instrução, e outras não chegavam a ter nem o ensino fundamental completo. Essas crianças são aproximadamente 74,75% do total de crianças que trabalhavam no ano de 2000.

As mães de cerca de 56,04% dos trabalhadores infantis sul-mato-grossenses tinham menos de 8 anos de escolaridade, no ano de 2010, fato que revela que grande parte das mães passaram a se instruir mais. As pessoas em geral passaram a adquirir maior grau de conhecimento, conforme os anos se passaram.

Essa característica ajuda a identificar um dos motivos da diminuição dos trabalhadores infantis do ano de 2000 para o ano de 2010, com as mães adquirindo maior escolaridade, o pensamento cultural mencionado anteriormente, de que começar a trabalhar desde cedo é o melhor, vai ruindo. E ainda traz a tona, fato mencionado anteriormente por Kassouf (1999), de que quanto maior a escolarização dos pais, maiores serão as chances das crianças poderem estudar.

De acordo com a análise descritiva, chegou-se a algumas conclusões: o trabalho infantil diminuiu em Mato Grosso do Sul, do ano de 2000 para o ano de 2010, aproximadamente 14%. Os meninos continuam a ser a grande maioria, mas a quantidade de trabalhadores infantis do sexo masculino diminuiu em relação ao ano 2000, e o setor que mais emprega a mão-de-obra infantil é o de serviços domésticos.

Também concluiu-se que a renda das famílias dos trabalhadores infantis aumentou, e a contribuição destes para esta renda também. Se levarmos em consideração as taxas de trabalho infantil por microrregiões, em 2000, Iguatemi estava a frente com 16,68%, no entanto em 2010 houve uma redistribuição, e Paranaíba assumiu a liderança com a taxa de trabalho infantil de 11,50%.

Quanto à escolaridade, nota-se que a maioria dos trabalhadores infantis está cursando o ensino fundamental, e tem idade entre os 14 e 16 anos. A escolaridade das mães também influencia na decisão de crianças trabalharem, pode-se notar que a maior parte das mães dos trabalhadores infantis tem baixa escolaridade, menos de oito anos de estudo.

4.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO

A variável trabalho infantil é binária, ou seja, assume os valores 1 (um), para crianças com idade entre 10 e 16 anos, que responderam sim as seguintes perguntas: Trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios? Trabalhou na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos moradores do domicílio (Inclusive caça e extração vegetal)? Ajudou sem qualquer pagamento no trabalho remunerado de morador do domicílio? E 0 (zero), para as crianças com idade entre 10 e 16 anos, que responderam não, as mesmas perguntas.

A Tabela 6 mostra as estimações dos coeficientes de correlação linear entre a incidência de trabalho infantil no Mato Grosso do Sul e algumas das principais variáveis observadas na análise descritiva, feita anteriormente, para o ano de 2000.

Tabela 6 - Coeficiente de correlação linear entre a incidência de trabalho infantil no Mato Grosso do Sul e algumas variáveis observadas na análise descritiva, no ano de 2000.

Coeficiente de correlação linear	Variável Trabalho infantil
Área urbana	-0,0206
Mães com ensino fund. incompleto	0,0580
Idade	0,2887
Quantidade de pessoas na família	0,0029
Renda familiar	-0,0058
Sexo masculino	0,1188

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2000.

De acordo com a Tabela 6, nota-se que as correlações existentes entre a incidência de trabalho infantil e as variáveis analisadas são fracas, porém os sinais são os esperados. Os valores estimados para as correlações são baixos, porque com relação ao total de crianças moradoras em Mato Grosso do Sul, com idade de 10 a 16 anos, é pequena a parcela que respondeu sim às perguntas, mencionadas anteriormente, para que seja considerada a existência de trabalhadores infantis. Apenas cerca de 32.883 crianças foram consideradas trabalhadoras infantis, em um montante de 302.244 crianças.

A variável mães com ensino fundamental incompleto é uma variável binária: mães que tem menos de 8 anos de escolaridade recebem valor 1 e as mães com mais de 8 anos de escolaridade recebem valor 0. Assim, percebe-se na Tabela 6, que o trabalho infantil em Mato Grosso do Sul está diretamente correlacionado com a mesma, isso significa que a medida que o número de mães com ensino fundamental incompleto aumenta, a incidência de trabalho infantil no Mato Grosso do Sul também aumenta. Como mencionado por Kassouf (1999), percebe-se que a baixa escolaridade dos pais pode aumentar as chances da criança precisar trabalhar, para ajudar na composição da renda familiar.

Como esperado, o trabalho infantil está diretamente correlacionado com a idade das crianças, ou seja, conforme aumenta a idade das crianças, o trabalho infantil também aumenta, pois como mencionado anteriormente, existem crianças trabalhando em todas as faixas etárias consideradas, mas dos 14 aos 16 anos, existe um maior número de trabalhadores infantis.

A quantidade de pessoas na família também está diretamente correlacionada ao trabalho infantil, ou seja, a medida que o número de pessoas na família aumenta, a incidência de trabalho infantil também aumenta.

A renda média familiar, de acordo com a Tabela 6, está inversamente correlacionada ao trabalho infantil, logo quanto menor a renda maior a taxa de trabalho infantil. Portanto, pode-se analisar esta correlação da seguinte forma, supõe-se que a renda necessária para o sustento da família não seja alcançada, assim é necessário que a criança trabalhe para que essa renda aumente.

O sexo masculino está diretamente correlacionado ao trabalho infantil, pois como mencionado anteriormente, o sexo predominante perante as atividades favoráveis a incidência do trabalho infantil, é o sexo masculino, ou seja, a maior parte dessas atividades é voltada para os meninos.

Na Tabela 7, tem-se as estimações das correlações feitas entre o trabalho infantil no Mato Grosso do Sul e algumas das principais variáveis observadas na análise descritiva, feita anteriormente, para o ano de 2010.

Tabela 7 - Coeficiente de correlação linear entre a incidência de trabalho infantil no Mato Grosso do Sul e algumas variáveis observadas na análise descritiva, no ano de 2010.

Coeficiente de correlação linear	Variável trabalho infantil
Área Urbana	-0,0059
Mães com ensino fund. incompleto	0,0169
Idade	0,2433
Quantidade de pessoas na família	-0,0315
Renda Familiar	0,0305
Sexo Masculino	0,0723

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2010.

Na Tabela 7, nota-se que as correlações existentes entre a incidência de trabalho infantil e as variáveis analisadas também são fracas, no ano de 2010, assim como havia sido notado na Tabela 6, porém os sinais são os esperados. Os valores estimados para as correlações são baixos, porque assim como para o ano de 2000, com relação ao total de crianças moradoras em Mato Grosso do Sul, com idade de 10 a 16 anos, é pequena a parcela que respondeu sim as perguntas, mencionadas anteriormente, para definir a existência de trabalhadores infantis. Apenas cerca de 28.282 crianças foram consideradas trabalhadoras infantis, em um montante de 315.760 crianças, em 2010.

De acordo com a Tabela 7, a variável mães com ensino fundamental incompleto continua diretamente correlacionada ao trabalho infantil, no ano de 2010, ou seja, conforme aumenta o número de mães com ensino fundamental incompleto, aumenta também o número de trabalhadores infantis em Mato Grosso do Sul.

A idade das crianças moradoras em Mato Grosso do Sul, continua a ser diretamente correlacionada ao trabalho infantil, ou seja, a medida que as crianças crescem e suas idades aumentam, o trabalho infantil também aumenta.

O número de pessoas na família é inversamente correlacionado ao trabalho infantil no Mato Grosso do Sul, em 2010, ou seja, conforme o número de pessoas na família diminui, o trabalho infantil aumenta, pode-se relacionar esta correlação, ao fato de que tendo menos adultos na família que possam trabalhar, torna-se necessário que a criança trabalhe.

A renda familiar está diretamente correlacionada ao trabalho infantil, ou seja, quanto maior a renda, maior o número de trabalhadores infantis no Mato Grosso do Sul. Pode-se levantar a hipótese de que muitos pais são donos do próprio negócio, colocando seus filhos para auxiliá-los. O sexo masculino continua diretamente correlacionado ao trabalho infantil.

De acordo com a análise de correlação, percebe-se que a escolaridade das mães, estava correlacionada negativamente com a incidência do trabalho infantil em Mato Grosso do Sul, no ano de 2000, e continua assim em 2010, apesar de as mães estarem mais escolarizadas. No ano de 2000 e em 2010, conforme a idade das crianças aumenta maior a incidência de trabalho infantil.

No ano 2000, a quantidade de pessoas na família estava diretamente correlacionada ao trabalho infantil, porém em 2010, ela está inversamente correlacionada a incidência de trabalho infantil. A renda familiar também mudou, em 2000, ela era inversamente correlacionada a incidência de trabalho infantil e em 2010 é diretamente correlacionada. E o sexo masculino, em ambos os anos está diretamente correlacionado ao trabalho infantil.

4.3 TESTE DE DIFERENÇA DE MÉDIAS

Para relembrar, foi considerado trabalhador infantil neste estudo, crianças com idade entre 10 e 16 anos, que exercem trabalho remunerado ou trabalham no campo, ajudando diretamente no sustento da família, ou ainda, auxiliando no trabalho remunerado do responsável pelo domicílio. E não trabalhador infantil, são crianças com idade entre 10 e 16 anos, que não trabalham.

A Tabela 8 mostra os testes de diferença de médias entre os trabalhadores infantis e não trabalhadores infantis do Mato Grosso do Sul, de acordo com algumas das principais variáveis observadas na análise descritiva, feita anteriormente, para o ano de 2000. Assim é possível visualizar se as médias dos dois grupos, para estas variáveis, são realmente iguais (H_0) ou são diferentes (H_A), ou seja, se estas características são iguais para os dois grupos ou não.

Tabela 8 - Teste de diferença de médias para trabalhadores e não trabalhadores infantis do Mato Grosso do Sul, de acordo com algumas variáveis observadas na análise descritiva, no ano de 2000.

Variáveis	Trabalhadores infantis (1)		Não trabalhadores infantis (2)		Estatística	
	Média	Erro padrão	Média	Erro padrão	t	Z
Área Urbana	0,77	0,0063	0,80	0,0022	-	13,961
Mães com ensino fund. incompleto	0,78	0,0064	0,70	0,0025	-	110,961
Quantidade de pessoas na família	5,07	0,0297	5,05	0,0100	10,551	-
Renda familiar	933,42	28,0617	993,13	19,0410	11,111	-
Sexo masculino	0,67	0,0071	0,48	0,0027	-	122,851

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2000.

Os resultados foram analisados a um nível de significância de 5%, com valor crítico de 11,961, e assumindo $H_0 : \mu_1 = \mu_2$ e $H_A : \mu_1 \neq \mu_2$, onde μ_1 : valor médio para o grupo dos trabalhadores infantis e μ_2 : valor médio para o grupo dos não trabalhadores infantis. Dessa forma, em 2000, foi rejeitada H_0 a um nível de significância de 5% para as variáveis de sexo masculino, mães com ensino fundamental incompleto e área urbana, ou seja, conclui-se com 95% de confiança que há diferença entre as médias dos dois grupos, estabelecidas para estas variáveis.

O sexo masculino predomina entre os trabalhadores infantis, porém o mesmo não ocorre entre as crianças que não trabalham, aí o grupo fica dividido entre meninas e meninos. E há maior proporção de não trabalhadores infantis no meio urbano, cerca de 80%, do que trabalhadores infantis, porém estes se concentram-se em grande parte aí, aproximadamente 77%.

A maioria das mães tem ensino fundamental incompleto, no entanto elas estão mais presentes no grupo dos trabalhadores infantis, neste grupo elas correspondem a aproximadamente 78% das mães dos trabalhadores infantis.

Já para as características: quantidade de pessoas na família e renda familiar, não se rejeita H_0 a nível de significância de 5%, ou seja, as médias destas variáveis não podem ser consideradas diferentes para as crianças que trabalham e para as crianças que não trabalham do Mato Grosso do Sul, com confiabilidade de 95%, no ano de 2000.

As famílias, tanto dos trabalhadores infantis, como dos não trabalhadores tinham praticamente o mesmo tamanho e mesma renda familiar, em 2000.

A Tabela 9 mostra os testes de diferença de médias para trabalhadores infantis e não trabalhadores infantis do Mato Grosso do Sul com algumas das principais características observadas na análise descritiva, feita anteriormente, para o ano de 2010.

Tabela 9 - Teste de diferença de médias para trabalhadores e não trabalhadores infantis do Mato Grosso do Sul, de acordo com algumas variáveis observadas na análise descritiva, no ano de 2010.

Variáveis	Trabalhadores infantis (1)		Não trabalhadores infantis (2)		Estatística	
	Média	Erro padrão	Média	Erro padrão	t	Z
Área Urbana	0,75	0,0072	0,76	0,0023	-	1,13
Mães com ensino fund. incompleto	0,60	0,0086	0,57	0,0027	-	3,15
Quantidade de pessoas na família	4,24	0,025	4,39	0,0082	15,89	-
Renda familiar	2255,00	66,91	1845,00	21,43	15,86	-
Sexo Masculino	0,62	0,0082	0,49	0,0027	-	13,86

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2010.

Para o ano de 2010, pode-se concluir que a um nível de significância de 5%, com valor crítico de |1,96|, e assumindo $H_0 : \mu_1 = \mu_2$ e $H_A : \mu_1 \neq \mu_2$, onde μ_1 : valor médio do grupo 1 (trabalhadores infantis) e μ_2 : valor médio do grupo 2 (não trabalhadores infantis), rejeita-se H_0 a um nível de significância de 5% quando se trata de mães com ensino fundamental incompleto, sexo masculino, quantidade de pessoas na família e renda familiar, ou seja, conclui-se com 95% de confiabilidade que há diferença entre as médias dos dois grupos, estabelecidas para estas variáveis.

As mães em geral, começaram a estudar mais, contudo as mães das crianças que não trabalham são um pouco mais escolarizadas e suas famílias já não tem o mesmo tamanho, como mencionado anteriormente. As famílias dos trabalhadores infantis tem menos filhos do que as famílias das crianças que não trabalham, fato que pode ser causado pelo aumento da escolarização das mães, e pela necessidade de os filhos terem que trabalhar caso a renda familiar não consiga ser atingida.

O sexo masculino continua a ser predominante entre os trabalhadores infantis em 2010, aproximadamente 62% dos trabalhadores infantis e entre os não trabalhadores infantis os meninos correspondem a cerca da metade das crianças do Mato Grosso do Sul.

Apenas para a variável área urbana, não se rejeita H_0 , a nível de significância de 5%, ou seja, com confiabilidade de 95% a média de trabalhadores infantis que moram na área urbana não se difere a média das crianças que não trabalham, no estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2010. São cerca de 75% dos trabalhadores infantis que moram na área urbana e 76% dos que não trabalham também moram.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou: identificar as microrregiões de Mato Grosso do Sul que apresentam maior número de crianças envolvidas em trabalhos irregulares; fazer uma caracterização do trabalho infantil em termos das atividades que mais o utilizam em Mato Grosso do Sul; e, finalmente, comparar as crianças que trabalham e as que não trabalham, no que diz respeito a suas características. Para tanto, utilizou-se como base de dados os Censos Demográficos de 2000 e de 2010 e para analisar as variáveis utilizou-se o programa de estatística *Stata*.

Considerou-se trabalhador infantil, crianças com idade entre 10 e 16 anos, que exerciam atividades relacionadas diretamente com o sustento da família ou auxiliavam o responsável pelo domicílio em seu trabalho. E não trabalhador infantil, crianças pertencentes a mesma faixa etária que não desenvolviam nenhuma atividade em prol do sustento de sua família.

No estado de Mato Grosso do Sul, apresentou-se uma taxa de trabalho infantil para 2000, de aproximadamente 10,87% e 8,95%, em 2010. Houve uma queda de aproximadamente 14%, de 2000 para 2010, quanto ao trabalho infantil em Mato Grosso do Sul.

De acordo com a taxa de trabalho infantil apresentada para cada microrregião, notou-se que as microrregiões que ocupavam em 2000, o pódio de liderança do trabalho infantil, eram as de Iguatemi, Cassilândia e Paranaíba. Contudo no ano de 2010, houve uma redistribuição, e as três primeiras posições de microrregiões que apresentavam maior taxa de trabalho infantil em Mato Grosso de Sul eram agora Paranaíba, Nova Andradina e Cassilândia.

Apesar do maior número de meninos entre os trabalhadores infantis, tanto no ano de 2000 quanto em 2010, a atividade que faz maior uso da mão-de-obra infantil, é o serviço doméstico, que emprega em sua grande maioria crianças do sexo feminino, porém entre as outras atividades que também usufruem desta mão-de-obra, o sexo predominante é o masculino.

Observou-se a baixa escolaridade da maioria das mães dos trabalhadores infantis, muitas delas tinham menos de oito anos de escolaridade, e apesar de estarem com nível maior de educação, em 2010, grande parte continuou com poucos anos de educação.

Há uma grande parcela de trabalhadores infantis fora da escola, em 2000, eram cerca de 27%, e em 2010, eram aproximadamente 19%. Apesar da diminuição, este ainda é um

valor preocupante, pois desta forma as chances de reprodução da pobreza aumentam, como mencionado por Fernando Botelho (PROMENINO, 2015).

Na análise de correlação, foi evidenciado uma relação positiva, em 2010, entre a incidência de trabalho infantil e idade, renda familiar e sexo masculino, logo, se essas variáveis aumentam, a incidência de trabalho infantil também aumentará. E uma relação negativa entre a incidência entre o trabalho infantil e a área urbana, escolaridade das mães e quantidade de pessoas na família, ou seja, essas variáveis andam em sentido contrário ao trabalho infantil, pois se elas aumentam o trabalho infantil diminui, e vice-versa.

Nos testes de diferença de médias, no ano de 2010, notou-se que a média dos trabalhadores infantis e dos não trabalhadores infantis se diferem para as variáveis escolaridade das mães, onde as mães das crianças que não trabalham são mais escolarizadas, quantidade de pessoas na família, renda familiar e sexo masculino. E se assemelha apenas quanto a área urbana.

Este trabalho trouxe resultados importantes sobre a incidência de trabalho infantil no Mato Grosso do Sul. Os resultados, obtidos através das análises descritiva, de correlação e teste de diferença de médias contribuíram para a caracterização do trabalho infantil.

Futuros trabalhos podem realizar análises econométricas, a fim de identificar relações causais entre as variáveis estudadas e a incidência de trabalho infantil no Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ARREGUI, C. C. **Erradicação do Trabalho Infantil: dimensionando as experiências de Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Bahia.** São Paulo, EDUC; IEE/PUC - SP: FINEP, 2000.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09/10/2014.

BRASIL, **CONVENÇÃO 138: Sobre idade mínima para admissão a emprego.** Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCA906FCD1165/cv_138.pdf>. Acesso em: 10/10/2014a.

BRASIL, **DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em: 10/05/2015.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da aprendizagem – o que é preciso saber para contratar o aprendiz**. Brasília, 2013.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI F.; BATISTA N. F. "**Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar.**" *Revista de Economia Contemporânea*, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v14n2/v14n2a03.pdf>>. Acesso em: 15/01/2016.

CALDEIRA, C. **Menores no meio rural: trabalho e escolarização**. Vol. 4. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, 1960.

CARVALHO, I. M. M. de. "**Algumas lições do programa de erradicação do trabalho infantil**". São Paulo em Perspectiva 18.4 (2004): 50-51.

CUNHA, M. A.; OGLIARI, C. R. N. **A exploração do trabalho infantil no Brasil república e sua relação com a questão do gênero: uma perspectiva histórica**. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo6/407.pdf>>. Acesso em: 22/10/2014.

CUSTÓDIO, A. V.; MOREIRA, R. B. D. R. **A Caracterização dos Danos Decorrentes do Trabalho Infantil**. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2014.

DOWNING, D.; CLARK, J. **Estatística aplicada**. Tradução: Alfredo Alves de Farias. São Paulo, Saraiva, 2011.

FERRO, A. R. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil**. Diss. Universidade de São Paulo, 2003.

FERRO, A. R.; KASSOUF, A. L. **Avaliação do impacto dos programas bolsa-escola sobre o trabalho infantil no Brasil**. Universidade de São Paulo, 2005.

FÓRUM NACIONAL PARA A PREVENÇÃO E ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - FNPETI, 2012. Disponível em:

<http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/fnpeti%20censo%20variacao%202000%20-%202010_854.pdf>. Acesso em: 22/11/2014.

FÓRUM NACIONAL PARA A PREVENÇÃO E ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - FNPETI. Disponível em: <http://www.fnpeti.org.br/arquivos/campanha-site/11/2015/download/Sobre_o_12_de_junho.pdf>. Acesso em: 15/09/2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2 ed. São Paulo: Person Prentice Hall. 2006.

GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL / BR. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=4298&show=3626>>. Acesso em: 12/10/2014.

GUEDES FILHO, E. M. ; CURI, A. Z.; TOJA, F. N.; CONDE R. **Trabalho infantil e adolescente: impacto econômico e os desafios para a inserção de jovens no mercado de trabalho no cone sul**, 2013.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 4º edição, São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. @ **ESTADOS: Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ms>>. Acesso em: 18/09/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. **CENSO 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/trabalho infantil/index.html>>. Acesso em 22/11/2014a.

KASSOUF, A. L. **Trabalho infantil no Brasil**. Diss. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, 1999.

KASSOUF, A. L. **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil**. Secretaria dos Direitos Humanos, 2002.

KASSOUF, A. L. **Trabalho infantil: causas e consequências**. Administração e Sociologia da ESALQ/USP, 9 de novembro de 2005.

KASSOUF, A. L. **O que conhecemos sobre o Trabalho Infantil?** Nova Economia. Vol.17 n.2 Belo Horizonte Mai/Ago. 2007.

KASSOUF, A. L. **O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21**. Brasília, OIT, 2004.

Disponível em:

<http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/ipec/pub/brasil_trabalho_infantil_no_inicio_seculo_21_327.pdf>. Acesso em: 20/11/2014.

MARX, K. **O capital, edição resumida**. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS.

Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/24.pdf>>. Acesso em: 04/04/2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - CEARÁ. Disponível em:

<<http://www.prt7.mpt.gov.br/>>. Acesso em: 20/11/2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/imprensa/trabalho-infantil-mte-resgata-1-6-mil-em-maio.htm>>. Acesso em: 07/08/2015.

MONTE, P. A. DO. "**Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: consequências e reflexões**." Revista Economia, 2008.

NICOLELLA, A. C.; KASSOUF, A. L.; BARROS, A. L. M. DE. **O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde**. Piracicaba - São Paulo, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Boas práticas de combate ao trabalho infantil: os 10 anos do Ipec no Brasil** - Brasília: OIT, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Medir o progresso na Luta contra o Trabalho Infantil - Estimativas e tendências mundiais 2000-2012** / Bureau internacional do Trabalho, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) - Genebra: OIT, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Disponível em:

<http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/fnpeti%20censo%20variacao%202000%20-%202010_854.pdf>. Acesso em: 20/11/2014.

PACIEVITCH, THAIS. **Economia do Mato Grosso do Sul**. Disponível

em:<<http://www.infoescola.com/mato-grosso-do-sul/economia-do-mato-grosso-do-sul/>>.

Acesso em: 19/11/14.

PERES, ANDRÉIA. **A caminho da escola: 10 anos de luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil**. Instituto Souza Cruz, 2002.

PINHEIRO, M.; D'ARÓZ, M. S. **Educação, Saúde e Trabalho Infantil**. Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2014.

PROMENINO: "**Com o trabalho infantil, o Brasil perde seu futuro porque estamos reproduzindo a pobreza**", diz economista. Disponível em:

<<http://www.promenino.org.br/noticias/especiais/com-o-trabalho-infantil-o-brasil-perde-seu-futuro-porque-estamos-reproduzindo-a-pobreza-diz-economista>>. Acesso em: 03/07/2015.

RODRIGUES, M. DE L. B. **Os impactos do programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) na política educacional**. Disponível em:

<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.5/GT5_8_2004.pdf>. Acesso em: agosto/ 2015.

SANTOS, A. P.; RODRIGUES, F. A. L.,CAMPOS, J. S. **Exploração do Trabalho Infantil**. Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais, v. 1, n.16, p. 41-47, Aracaju - SE, mar. 2013

SCHWARTZMAN, F.; SCHWARTZMAN, S. **Trabalho infantil no Brasil** - Brasília: OIT, 2001.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEMAC. **Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul: 2009**. Disponível em: <<http://www.semec.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=52984>>. Acesso em: 27/12/2014.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Estatuto da criança e do adolescente: Avanços e desafios para a infância e adolescência no Brasil**, Julho de 2015.